



LUIZ ANTÔNIO BUENO XAVIER

Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília, no dia 3 de setembro de 2019, por Hebert Vilson França e Leila Rosa Garcia.

Luiz Antônio Bueno Xavier nasceu em 6 de dezembro de 1945, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. É filho de Romeu Xavier e Iracema Bueno Xavier. Casou-se com Irene Schlottfeldt Xavier, com quem teve duas filhas, Ana Luiza Schlottfeldt Xavier e Tais Schlottfeldt Xavier, e um filho, Luiz Antonio Schlottfeldt Filho.

Prestou serviço ao Exército, após ser convocado pela 9ª Circunscrição de Serviço Militar da 3ª Região Militar, em 1965, onde passou o ano como soldado. Após quitar suas obrigações para com o serviço militar, foi contratado pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, do então Ministério da Viação e Obras Públicas, onde exerceu a função de Pessoal Temporário e de Obras, nos anos de 1966 a 1968. Em 1970, prestou serviços à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, como aluno bolsista do Curso Secundário de Formação de Inspetor e Escrivão da Academia de Polícia Civil. Entre março de 1972 e março de 1973, foi acadêmico do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Antes de ingressar nos quadros do Ministério Público Militar (MPM), atuou ainda como oficial administrativo concursado da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, nos anos de 1973 a 1976. Nomeado por Decreto de 4 de outubro de 1976, para exercer o cargo de substituto de procurador de terceira categoria junto à Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, em Curitiba, Paraná.

Em 13 de setembro de 1979, foi designado para atuar perante a 3ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, em Santa Maria/RS. Em 6 de junho de 1980, foi declarado substituto de procurador militar de segunda categoria

pelo procurador-geral de Justiça Militar à época, Milton Menezes da Costa Filho, constituindo o quadro suplementar do MPM. Foi agraciado, em 1º de abril de 1987, com a Ordem do Mérito Judiciário Militar, no grau Distinção. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os integrantes do quadro suplementar que tinham adquirido estabilidade nas funções passaram a integrar o quadro da carreira do MPM, consoante art. 29, § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Em 3 de maio de 1990, realiza permuta, a pedido, retornando à 3ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, em Santa Maria/RS. Com o advento da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, houve nova alteração nas designações dos cargos, e Luiz Antônio Bueno Xavier foi enquadrado como promotor de Justiça Militar. Em 2 de outubro de 1995, foi promovido, por critério de antiguidade, ao cargo de procurador de Justiça Militar. No ano seguinte, 1996, em 18 de novembro, nova promoção na carreira, agora por merecimento, ao cargo de subprocurador-geral de Justiça Militar, sendo removido, *ex officio*, da Procuradoria de Justiça Militar em Santa Maria/RS, para a sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília/DF. Durante sua trajetória no Parquet Militar, exerceu as funções de: coordenador regional do 8º Concurso Público para Promotor de Justiça Militar (8º CPJM), em 1997; suplente de corregedor-geral, nos anos de 1997, 1999 e 2002; suplente da Comissão Geral Eleitoral, em 1998; corregedor-geral do MPM, de 1999 a 2000; membro da Câmara de Coordenação e Revisão (CCR), nos anos de 1998 e de 2002 a 2003; suplente da CCR, em 2000; e conselheiro da Ordem do Mérito MPM, em 2000. Em 9 de maio de 2003, aposentou-se, voluntariamente, no cargo de subprocurador-geral de Justiça Militar.

O subprocurador-geral de Justiça Militar aposentado Luiz Antônio Bueno Xavier faleceu em 12 de junho de 2021, em Balneário Camboriú/SC.

Memória MPM – Como foi sua infância? O senhor falou que é de Santa Maria?

Luiz Antônio Bueno Xavier – A minha infância foi a melhor do mundo, a minha juventude foi a melhor do mundo! Porque eu era daquele tempo, cidade interiorana. Ia ao colégio, botava um calção. Minha mãe e meu pai trabalhavam, eram funcionários públicos; a gente ficava livre à tarde. A gente podia sair depois do almoço e voltava antes das seis. O pai chegava às seis. Então, era brincando o dia inteiro. Como jovem também, foi uma vida tranquila. Eu aproveitei todas as etapas da minha vida vibrando, faceiro, tranquilo.

Memória MPM – O senhor também serviu o Exército.

Luiz Antônio Bueno Xavier – Eu servi o Exército com 18 anos, na 9ª CR, já extinta. Agora é Circunscrição de Serviço Militar. Faz o serviço militar, convoca o pessoal, vê quem não chegou, quem não se apresentou.

Memória MPM – O senhor serviu e depois começou o curso de Direito?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Não, não. Servi e tentei fazer Odontologia. Meu pai queria que eu fosse dentista. Fiz vestibular, mas não passei para Odontologia. Fiz um concurso público para a Polícia Estadual do Rio Grande do Sul. O curso era em Porto Alegre. Eram seis meses de curso. Então eu fiz o concurso, passei e fui assistir às aulas. Seis meses eu assisti a aulas e ganhei uma ajuda de custo. O último exame era o de psicotécnico. Fui nomeado para uma cidadezinha do interior, mas faltava esse exame. Uma pessoa disse

que eu não podia fazer esse exame, que eu não podia ser policial, que eu não apresentava a tranquilidade de um policial, não sei! Que não tinha vocação pra ser policial. Aí não me nomearam. Então eu voltei para Santa Maria sem “eira nem beira”, sem emprego, sem nada. Mas, quando eu estava estudando nesse curso, vi as matérias de Direito e me agradei. Fiz o vestibular de Direito e passei. No mesmo ano, fiz concurso para a Caixa, passei e cursei toda a faculdade trabalhando na Caixa. Trabalhava na Caixa de tarde e indo de manhã quando não tinha aula. De manhã as aulas eram das 8 às 11h30min.

Memória MPM – Tudo em Santa Maria?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Tudo em Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria.

Memória MPM – E como foi parar no MPM?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Eu me formei. Convidei todos os meus parentes, meus amigos para a minha formatura. Eu tinha um cunhado que era deputado federal aqui em Brasília, o Aldo Fagundes. Foi ministro do Superior Tribunal Militar, mais tarde. E ele veio na minha formatura. Eu o coloquei sentado à mesa, para ele me entregar o diploma. Então ele foi meu padrinho. Ele voltou para Brasília e falou com o irmão dele, que era o João Fagundes, um assessor que conhecia o Dr. Milton Menezes da Costa Filho, então procurador-geral de Justiça Militar. Ele me indicou e o Dr. Milton me nomeou. Naquele tempo não tinha concurso. Só se entrava assim. Então eu entrei, em outubro de 1976.

Memória MPM – O ingresso no MPM foi em Curitiba, conte-nos como foram esses primeiros anos?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Eu fiquei em Curitiba de 1976 até 1981 ou 1982... Minha primeira filha nasceu lá. Aí a vida apertou. A gente ganhava muito pouco. Quando eu cheguei lá em Curitiba, o diretor de secretaria da Auditoria veio tirar sarro da minha cara: “Pô tu vem para essa miséria de dinheiro, como é que tu vai viver aqui com esse troço?”. Tirava sarro da minha cara. Os caras ganhavam bem. E nós trabalhávamos junto ao auditor, na 5ª Auditoria.

Eles cederam uma sala para nós, não tínhamos nem papel. As máquinas de datilografia também eram deles, da Auditoria. Eles cediam as máquinas para nós e nós mandamos fazer, os colegas e eu mandamos fazer um papel com timbrezinho. Não tinha timbre, era um troço “Procuradoria da Justiça Militar”. E usava aquele papel. Então eu vim a Brasília e falei com o doutor Milton Menezes: “Olha doutor Milton, não dá para ficar lá mais, eu não tenho condições de viver lá. Vou voltar para o Sul. Vou tomar outro rumo. Assim não dá!” Ele respondeu: “É, mas eu vou resolver. Você vai para Santa Maria, não tem problema”. Eu sou de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Nasci, me formei e me criei lá. Ele disse: “Não tem problema, você vai para lá. Mas você vai me prometer que quando o teu colega tirar férias lá, você irá substituí-lo em Curitiba. Sem ajuda de custos, sem passagem, sem nada. Pegar ou largar. Fui para Santa Maria. Esse colega, Bertino Ramos, sequer me recebeu quando cheguei a Curitiba. Era uma pessoa muito difícil. Brigava com todo mundo. A minha filha nasceu lá e ele não foi me visitar, não conheceu a minha filha.

Memória MPM – Só eram os dois na Procuradoria?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Só nós dois. Então eu fui para Santa Maria com minha família. Logo ele tirou férias, de noventa dias, e eu tive que voltar para Curitiba. Foram noventa dias sem diária, sem passagem, sem nada. Como eu tinha uns conhecidos lá, me deixaram passar um tempo no Hotel de Trânsito. Passei três meses lá, no “beijo”. Sem pagar nada. Depois retornei para Santa Maria e fui ficando, ficando... aí se acomodaram. Até que a Doutora Rita Laport foi designada para Santa Maria, mas nós trocamos. Eu fiquei em Santa Maria e ela assumiria em Curitiba. Mas por alguma razão que agora não lembro, ela não foi para Curitiba. Quem apareceu foi o Doutor Péricles Aurélio Lima de Queiroz. Ele passou no concurso e foi nomeado para Curitiba.

Havia dois processos grandes em Curitiba quando eu cheguei. Duas subversões, uma com vinte e poucos réus e a outra com trinta. A cúria metropolitana de São Paulo tinha uma equipe de advogados que defendia o pessoal. Onde tinha Auditoria, essa equipe ia para defender. Dividiam os acusados entre eles: um pegava um, outro pegava quatro, outro cinco, e todos falavam, acusavam. O doutor Bertino me disse: “Marcaram um julgamento para uma semana, e o outro julgamento para outra semana”. Como ele não sentava com o juiz, tinham brigado não sei quando, ele pediu férias. Então caíram no meu colo esses dois processos. Complicado. Fiquei apavorado. Pensei: “Tenho que arrumar uma coisa para derrubar esses caras no dia da audiência”.

Fui para o julgamento. Estava a televisão, estava todo mundo lá. Fiz a análise de atuação de cada um, explicando como ele agia, as reuniões em que eles participavam e fechei assim: “Eu vou deixar para os advogados, para eu replicar

o que eles disserem”. Aí eles vieram todos “suavezinhos”. Quando deram a palavra para mim, de novo, eu não repliquei. Selei, não ia arregar. Vieram me entrevistar. Eu disse: “Não, o que eu tinha para falar, eu falei nos autos.” Eu sempre fui assim, nunca dei entrevista para ninguém, em lugar nenhum. O promotor, na minha opinião, fala nos autos. Promotores e procuradores que dão entrevista por aí, para mim, não estão com nada, porque não somos feitos para isso. A nossa função é um pouco mais sublime que isso. Ficar nessa “lambança de que disse-me-disse” não existe. Eu dizia: “Mas eu, o que eu falei, falei para o público, o senhor podia ter gravado. Minha opinião é essa, entendeu? Não tem problema.”

Memória MPM – Em Curitiba, o senhor atuou num caso de assalto ao Banco Bamerindus?

Luiz Antônio Bueno Xavier – O primeiro a ser condenado à pena de morte foi um cara desses assaltos. Ele ganhou na loteria e ficou rico, arrumou uma noiva e gastou o dinheiro da loteria. Mas ele queria manter essa noiva, fez um assalto e matou, dentro de um Volkswagen, um policial. Encheu de tiros o policial. Os outros policiais encheram ele de bala, mas ele não morreu. Deixaram ele no chão. Aí vieram outros, recolheram ele e levaram pro hospital. Ele se curou. Esse cara foi o primeiro a ser condenado à pena de morte. Eu atuei nesse processo.

Memória MPM – Ele foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Sim, a Lei de Segurança Nacional, porque tinha a pena de morte. Assalto a banco com morte, a pena era essa. E assalto a banco comum, a pena começava com 10 anos. Então os bandidos comuns começaram a parar de fazer assalto a banco porque a condenação deles era rápida e era no mínimo 10 anos. Só quem continuou assaltando banco foi a subversão, para manter aquele pessoal todo.

Memória MPM – Como era a estrutura da PJM Curitiba?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Tinha muito serviço. Eu estava sempre atrás da máquina. Não tinha sequer linha telefônica para telefonar para o doutor Milton. Eu tinha que usar um orelhão. Você acredita?

Memória MPM – Os senhores ocupavam espaços cedidos pela Auditoria mas não podiam usar os telefones?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Não. Mas de repente, se o auditor era teu amigo, ele emprestava, se ele não era teu amigo, não te emprestava. Então tu dependias do auditor, entendeste? Mas o juiz que atuava lá ficou meu amigo; até foi meu avalista na compra de um carro. Eu fiz amizade com ele. Depois o outro juiz, de lá, o Djalma Goss, um sujeito fabuloso, formidável, me deu muita mão lá. Esse troço do pessoal falar que juiz não fala com promotor..., eu sentava do lado da cadeira dele e ele me dizia: “Que que tu acha daquele...”. Respondia: “acho que isso aqui...” Ele: “Então, acho que é isso aí... tá! isso aí, cara, leia no Código aí”. Ele foi como um pai para mim, era um sujeito

de idade. Depois eu pude retribuir isso em Santa Maria, quando ele foi promovido para lá. Arrumei um apartamento para ele alugar. Fiz uma festa para ele, um churrasco. Mas ele teve um problema de saúde, não tomou posse. Ficou doente e morreu logo depois.

E por lá passaram diversos colegas. Em Santa Maria, eu procurei dar aquela recepção que eu não tive em Curitiba. Todos os procuradores que passaram por lá, na minha época, foram bem atendidos. Eu procurava arrumar casa para eles. Se eles pudessem comprar, arrumava para comprar, cuidava da estadia. Consegui uma vaga para a filha da doutora Adriana Lorandi, que foi procuradora-geral de Justiça Militar, num colégio de americanos.

Memória MPM – Desse período da primeira instância, o senhor se lembra de algum caso interessante em que tenha atuado, que tenha repercutido?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Uma coisa que notei é que nunca consegui condenar um médico. Eu tive diversos processos com médicos, e nunca consegui condenar. Porque nós dependemos de laudo emitido por outro colega dele, atestando que ele foi negligente. E o colega dele vai dizer sempre que ele usou as normas.

Memória MPM – O senhor, na primeira instância, só atuou em Curitiba e em Santa Maria?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Sim, Curitiba e Santa Maria.

Memória MPM – E, então, a promoção a subprocurador-geral? Como foi a saída de Santa Maria e a vinda para Brasília?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Ah! Foi uma beleza, uma festa. Eu dei uma festa para uns colegas lá e vim para cá. Arrumei a casa para alugar, aluguei a casa, minha esposa veio depois com a minha família, todo mundo veio para cá e ficamos aqui. Eu demorei muito em concorrer. Já era promotor e achava que estava bom, acomodei, coisa e tal. Então eu digo: “Esses caras sendo promovidos antes de mim, me passando na cara, não vou ficar aqui todo o tempo, vou pra lá”. Então me inscrevi e fui promovido por merecimento, quando eu vim para cá. Não foi por antiguidade, foi por merecimento, que eu ganhei a promoção.

Memória MPM – E, já em Brasília, o senhor foi corregedor?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Fui corregedor. E essa parte da correição tem um fato estranho, na época do doutor Kleber. No segundo mandato dele, o pessoal desligou dele, os subprocuradores, porque ele era muito autoritário: gritava com todo mundo, com os pequenos, com os funcionários, era na ponta do pé. Era na nossa sede antiga, ali no Setor de Autarquias Sul. Fazia horrores com as pessoas. O pessoal foi-se enchendo dele, e ninguém que ele nomeou para corregedor quis tomar posse. Então ele me disse: “Tu vais?”. Respondi: “Eu vou. Eu acho que a instituição é bem maior do que eu. Eu vou no sacrifício, mas eu vou”. Aí eu fui, fiquei até o fim do mandato dele e fui reconduzido pela Adriana. Fiz um plano de correição, mas a Adriana resolveu refazer o meu plano, sem falar comigo. Então quando ela me apresentou o plano, fui

ao Conselho Superior e pedi demissão. Eu disse: “Não quero mais, pois não tiveram consideração comigo.” Aí a doutora Adriana rompeu comigo. Eu já estava quase indo embora e não quis mais brigar.

Memória MPM – E como era trabalhar com o doutor Kleber?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Era violento. Mas eu dei uma corrida nele. Ele me respeitava. Foi pedir meu voto, corri com ele do meu gabinete. Agora, o Kleber, com toda essa loucura dele, fez o Ministério Público sair de uma Kombi. Nós cabíamos dentro de uma Kombi. Então ele nos fez sair da Kombi e aparecer.

Memória MPM – O senhor concorreu a procurador-geral?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Concorri quando a doutora Marisa Cauduro foi a escolhida. Mas não fui para a lista tríplice. Então apoiei a Marisa, que era a segunda da lista. Fizemos campanha para o presidente da República tirar o primeiro nome e votar nela, nomear a Marisa para procuradora-geral. Foi o que aconteceu. Nós derrubamos a Adriana Lorandi.

Memória MPM – Em 1997, o senhor integrou a comitiva do MPM em visita a Angola?.

Luiz Antônio Bueno Xavier – Fui. Na primeira comitiva, por sorteio. Essa

viagem foi muito boa. Angola é um país rico, mas é pobre ao mesmo tempo, porque o povo não tem vez. É dividido lá. Tem o cara que manda nas pedras preciosas e o cara que manda no petróleo. Então eles fazem aquela guerra entre eles. No passado, em toda Angola, o transporte era feito por via férrea, havia uma rede ferroviária muito grande. Eles destruíram a via férrea. E tinha muito cubano lá, soldado cubano. E russo. Então você via cidades destruídas. Aviões russos, tanques de guerra. Estavam querendo iniciar uma democracia e nós fomos para organizar o Ministério Público de lá, tentar organizar as leis, criar os órgãos.

E outra coisa, você não encontrava cachorro na rua. Eles comiam os cachorros. Uma das coisas mais difíceis era encontrar um cachorro. Eles tinham lá uma feira de produtos deles. Roque Santeiro era o nome da feira. Eles viam muita televisão brasileira lá. Então tinham tudo, carne, coisas, tudo eles vendiam ali. Uma feira grande. Era uma terra. Então ficava aquele monte de terra com cheiro de carne. Era uma esculhambação. Nós íamos lá só pra comprar as coisas, ver as coisas. Fomos no interior também, visitar uma cidade.

Memória MPM – A estrutura do país estava comprometida?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Totalmente. Os russos e cubanos arrasaram aquele país. Não deixaram pedra sobre pedra. Não tinha nada lá. E outra coisa: eles detonaram toda a estrutura que havia lá, ferroviária, não tinham ônibus. Então o pessoal se locomovia dentro da cidade em caminhões caçamba. Havia muitas pessoas aleijadas, porque os cubanos haviam espalhado muitas minas por lá. Era grande a quantidade de pessoas sem perna, sem braço.

Memória MPM – E o governo de Angola os recebeu bem?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Ah! Recebeu muito bem. Paramos num hotel bom lá. Nos levaram nos locais para conhecermos, explicaram o que aconteceu, o que não aconteceu. E outra coisa que eu admirei lá... as mulheres! Elas se vestiam com cores. As roupas delas eram muito coloridas. Elas não perderam aquele frescor de mulher, elas tinham alegria. Elas sorriam, cantavam. Mesmo naquela pobreza ali. Banheiro não existia. A pessoa passava ali no canto e fazia as necessidades. Não tinha problema.

Memória MPM – Como o senhor avalia essa interação entre a Justiça Militar da União do Brasil e de Angola?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Naquela época, para nós, era uma aventura. Nós estávamos em país alheio e fomos lá, pra ver como aquele negócio funcionava. Para mim é muito interessante a participação do Ministério Público nessa abertura constitucional que a gente viveu, e com essa importância do Ministério Público em ter que estender, ir além, da legislação, ajudar as pessoas e contribuir com nações.

Memória MPM – É, em 2003 o senhor se aposentou. Na gestão da doutora Marisa.

Luiz Antônio Bueno Xavier – Doutora Marisa pediu para eu ficar. Mas eu disse: “Não vou ficar mais, eu já recolhi os meus anos...” Tomei nota dos anos

que trabalhei no banco, de todos os empregos que tive e ainda somei a licença prêmio. Eu tinha duas não gozadas e deu os 35 anos. E eu “cloc”, me desliguei.

Memória MPM – Algo mais a destacar em sua atuação, em sua carreira?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Quando estava em Santa Maria foi inaugurada a Base Aérea e lá. Então um sujeito, um mendigo, entrou na Base Aérea e entrou em um avião. Os militares prenderam o mendigo e mandaram para a justiça comum. Mas a justiça comum mandou para nós. Eu determinei que a Base Aérea abrisse inquérito, mas o comandante disse que não abriria.

Memória MPM – Qual a justificativa?

Luiz Antônio Bueno Xavier – A justificativa é que quando um avião cai, eles não abrem inquérito. Quem defendeu essa tese foi o procurador-geral de Justiça Militar Jaime de Cassio Miranda, então integrante da Força Aérea Brasileira. Na época, ele fez uma palestra dizendo que para a Aeronáutica o que interessa não é achar um culpado, o importante é que aquele fato não aconteça mais. Se ele derrubou um avião? Derrubou um avião. Por que ele derrubou esse avião? Então, é algo averiguatório e não tem nenhuma providência? O sujeito derruba um avião, sai vivo e não acontece nada. Então eu comecei a denunciar o pessoal da Aeronáutica. Mas como? O cara derruba um avião desses, um jato de quantos milhões, dinheiro do povo e nem há inquérito!

Memória MPM – E o IPM do caso do mendigo que invadiu a Base Aérea de Santa Maria?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Foi instaurado. Mas eles pediram para o Milton me tirar. Os caras estavam me perseguindo. Perguntavam: “Quem é aquele guri?” Ele dizia: “Não, aquele guri é promotor. Então faz o que ele mandou. Se ele mandou fazer inquérito, faz inquérito”. Fiz a Aeronáutica entrar para o Ministério Público. Naquele tempo, a Aeronáutica não fazia nada. Derrubava avião, caía avião, matava fulano. Não acontecia nada. Aí eu fiquei malquisto na Aeronáutica. Não me convidaram para nada mais. Quem segurou essa barra para mim foi o doutor Milton. Eu estava fazendo o que minha função permitia. Como é que o sujeito, paisano, entra numa base aérea e vai para dentro de um helicóptero. Como é que isso acontece e você não faz nada? Eu disse: “Espera um pouquinho. A Polícia Civil teve que fazer o serviço para vocês?”. Eles falavam: “Quem é esse guri que quer abrir inquérito? Ele é um pau mandado, eu sou o dono da base, sou o comandante da base”.

Com esse tipo de militar eu tive diversos atritos. Uma vez eu disse a um general: “Se eu tivesse medo de estrelas, eu não olhava pro céu”. Ele falou: “O quê?”. Continuei: “É o que você tá ouvindo: se eu tivesse medo de estrela, eu não olhava para o céu, eu andava sempre de cabeça baixa. Mas eu não tenho medo de estrela”. Ficamos assim.

Memória MPM – E a trajetória da Instituição, desde sua posse até hoje, como avalia?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Eu venho aqui na PGJM de vez em quando, aqui no Plan-Assiste, e aquele montinho de gente virou monte de gente. Eu não sei o que esses caras fazem aqui dentro, se tem serviço para todo mundo. A quantidade de gente é enorme. Você abre essa sala, tem um monte de gente sentada, não tem nem lugar para sentar. Esse monstro desse troço, que parece um navio. Eu fico pensando assim: “Pá!, mas, será que antes dava menos problemas que hoje ou eles têm mais problemas para resolver?” Aí criaram um monte de coisa que na minha época não tinha. Esse negócio de verificar presídio, essas coisas, não eram conosco.

Inspeção carcerária, não tem nada a ver. Ministério Público não cuida disso. Quem cuida é o juiz. Já viu algum Ministério Público cuidar de preso em algum lugar do mundo? Só aqui. Porque não tem o que fazer. Enfiaram um monte de gente, e tinham que criar função para essa gente. Então tem esse povo aí. Eu não conheço mais ninguém, não sei quem é quem, não sei mais nada.

Memória MPM – Mas o número de membros permanece, não aumentou o número de promotores e procuradores, é o mesmo.

Luiz Antônio Bueno Xavier – É, mas a estrutura está grande. Saiu de uma estrutura que não tinha nada, e hoje está assim. Compara essa estrutura aqui com a estrutura de Curitiba, que era uma sala escura.

Memória MPM – Na época, por exemplo, quando eram basicamente só o senhor e o doutor Bertino, em Curitiba, vocês dependiam muito da estrutura da Auditoria para poder funcionar minimamente...

Luiz Antônio Bueno Xavier – Claro, para bater a máquina. Não tinha secretário nem nada. Você batia, fazia o rascunho da coisa, batia a máquina e entregava. Dava o visto, via o que era, batia a máquina e entregava o processo de volta, fazia alegações finais. Era tudo assim, à máquina. Não precisava fazer nem o quanto deu naquele mês inteiro, um relatório do mês. Não existia isso. Fazia o serviço e ia fazendo, e não tinha relatório mensal, anual, não tinha nada.

Memória MPM – Não se mensurava produtividade, metas de desempenho, indicadores...

Luiz Antônio Bueno Xavier – Não, não existia isso de produtividade. Agora eu tenho orgulho de dizer que eu nunca tive, na minha vida, no Ministério Público, uma denúncia rejeitada. Eu nunca tive. Perdia muitos casos. A minha função terminava nas alegações finais orais. Ali eu encerrava minha função. O resto é com o juiz. Cabeça de juiz é cabeça de juiz. Não era minha função. E nunca, também, dei entrevista à imprensa. Nunca.

Em Santa Maria, uma vez, processei um sujeito que era muito conhecido lá, Adelmo Simas Genro, que era um comunista do “Clube dos 11”. Meu colega lá, o Nei da Rosa Goulart, disse que era amigo dele e não podia. Deu-se por impedido. Em Santa Maria, aconteceram muitos casos de impedimento. Esse Nei era um professor universitário antigo, bem antigo. Foi meu professor na

faculdade, até. Mas ele tinha umas coisas gozadas. Qualquer pessoa de Santa Maria que tinha projeção ele não denunciava. Ele se dava por impedido. Aí o Milton mandou um recado para ele: “Ô seu Nei, o senhor tá muito impedido. O senhor conhece muitas pessoas aí e eu acho que vou lhe transferir para Bagé. Lá o senhor não conhece ninguém”. Esse cara, esse Nei, ele fez uma jogada, uma vez. Ele era professor universitário. Eu como fui cedido pra Santa Maria, não tava locado lá.

Memória MPM – A lotação original ainda era Curitiba?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Sim, em Curitiba. Aí chegou a época do verão, e ele tirou as férias dele em janeiro e fevereiro. Mas como? Lá no Sul o verão é janeiro e fevereiro, o resto é inverno. Mas como vai tirar janeiro e fevereiro? Aí eu marquei: fevereiro. Ele disse: “Ué, vem cá, como é que tu marcou fevereiro?” Respondi: “Tenho direito a férias, né?” Ele falou: “Mas eu sou professor universitário, eu tenho que ter as férias em janeiro e fevereiro”. Respondi: “Mas que eu tenho a ver que tu é professor universitário? O que minha família tem a ver que tu é professor universitário? Tu não ganha para isso? Pirou, né?” Aí veio o Milton: “Não, um tira um mês e o outro tira o outro mês”. Depois, ele queria ir para Roraima, tinha um negócio da universidade lá. Ficou dois meses fora, sem ninguém saber, eu cobri o trabalho dele, entendeu? Para dar uma mão, para ele poder ir para lá. Professor universitário. Essas coisas eu fiz, ele não. Logo depois ele teve um problema de coração e se aposentou.

Outro colega muito bom que eu tive era um que era advogado de ofício em Curitiba. Depois, ele foi promotor em Santa Maria, Amilton Padilha. Era

um colega muito bom, morreu moço. Também teve um promotor em Curitiba que foi ser juiz em Santa Maria, quando eu estava lá. Quando cheguei em Curitiba, tinha um arquivo dele lá, com as denúncias, como ele fazia todo o recurso, como ele colocava no papel. Eu copiei aquelas fórmulas dele. Depois encontrei com ele lá em Santa Maria. Ficamos amigos. Ele até foi corregedor da Justiça Militar Federal, e era negro. Acho que foi o único negro que conseguiu ser corregedor. O único negro que estive na Justiça Militar foi esse juiz que eu conheci. Ele estava no meu lugar em Curitiba. Depois passou no concurso de juiz.

Memória MPM – Se o senhor quiser colocar alguma coisa a mais, fique à vontade.

Luiz Antônio Bueno Xavier – Eu só tenho a agradecer o Ministério Público Militar. Eu só acho que o órgão é bem maior que as pessoas. O órgão é maior. Quando fiquei de corregedor, fiquei no sacrifício. O pessoal falava: “É, trabalhando pra esse sem vergonha, com esse nojento...”. Tudo bem. Aguentei a advertência dos colegas. Eu sabia que eu passaria, mas o Ministério Público não. A instituição continuaria.

Memória MPM – Nós estamos perto de um Centenário no próximo ano, vamos comemorar 100 anos de Ministério Público Militar. O que o senhor falaria sobre isso?

Luiz Antônio Bueno Xavier – Falaria que apesar de tudo; apesar do pessoal não conhecer a função do Ministério Público, apesar disso tudo, a gente

ainda tem valor, porque a hierarquia e a disciplina foram mantidas dentro do Exército. No Exército, não existe uma função maior do que a disciplina e a hierarquia. Porque, se você fosse para uma guerra, tu dizia: “Atira!” e o cara: “Não vou atirar, eu vou lá p’ra frente.” Por que ele iria? Pela disciplina e pela hierarquia. Um sargento é um sujeito que é superior a ele, está mandando nele. Então o Exército só existe, na minha opinião, por estas funções: a disciplina e a subordinação; se tira essa parte do Exército, acabou. É uma junção de pessoas. E o pessoal de fora não sente isso. O povo brasileiro não sente que o militar realmente é preparado para dar a vida à pátria. O amor à pátria, deles, é superior a tudo. Então eles, quando falam, quando cantam que dão a vida, eles dão realmente. Então tu não vê um civil falar isso. “Arrebenta esse órgão aí, não quero nem saber. Chegou minha hora de ir embora, tchau!” Eles não têm isso. Se chegar na hora de ir embora e houver uma prontidão, ele vai ficar no quartel. Agora ainda pode telefonar para a mulher: “Vou ficar no quartel.” Tem o celular, que no meu tempo não tinha; nem avisava em casa.

Outra coisa, por exemplo, que eu senti foi a evolução da parte administrativa. O computador revolucionou tudo. Agora, trouxe também um monte de gente que só sabe colar. Entra no Google, faz uma petição. Aquela parte que a gente estudava, fontes do Direito, a doutrina, aquela coisa toda, não existe mais. O sujeito hoje é preparado pra passar na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Só isso. Ele quer pegar carteira da OAB. Depois que ele pegou o troço da OAB ele sai pra copiar do Google. Só muda o nome do cara ali, a qualificação dele. O resto é igual. Tem um monte de advogado formado que não sabe fazer nem uma petição. Não sabe dizer o que quer. Ele não estudou a Hermenêutica, não sabe o que é. Não sabe o que as palavras significam, qual é o valor da palavra, o que aquela palavra representa. Por isso que eu

digo, as pessoas não podem usar a palavra em vão. Você vai ser sempre mal interpretado. Você tem que usar a palavra certa! Eu, inclusive, quando fazia as minhas denúncias, eu usava as palavras do Código, do artigo do Código, para aquilo ficar bem lúcido.

Memória MPM – O senhor continua morando aqui em Brasília?

Luiz Antônio Bueno Xavier - Eu voltei para cá. Em 2003, fui para o Sul. Tinha uma filha que morava em Bagé. Mas depois voltamos para Brasília. Minha filha e o esposo vieram para fazer concurso, passaram e ficaram por aqui. Depois que meu filho terminou o ensino médio e foi morar fora, nós ficamos sozinhos lá, minha esposa e eu. Então eles disseram: “Vem para cá, ficar com a gente, vocês já estão velhinhos; vai que acontece alguma coisa com vocês”, aquele troço de filho, neto. Aí nós viemos para cá, de forma definitiva agora, no ano retrasado. Mas eu sinto muita saudade do Sul. Eu gosto muito daquela terra lá.

A gente, quando era guri, saía naquelas noites de inverno com um blusãozinho, uma camisa, e naquele tempo a gente ia a pé para os bailes, para o centro, voltava, andava a pé por toda a cidade, não tinha assalto, não tinha nada, não tinha coisa nenhuma. Então eu digo: a minha infância, a minha juventude foram maravilhosas. Aproveitei bastante, casei com 28 anos. O pessoal casava com 21, 22. Casei depois que eu fiz todas as minhas farras. Foi muito bom. Eu não tenho arrependimento nenhum da minha vida, dos atos que eu tomei, das coisas que eu fiz. Eu sempre gostei muito de trabalhar no Ministério Público Militar. Eu nunca, nos meus melhores sonhos, quando era moço, quando

era recém-casado, nunca cheguei a sonhar que eu estaria nessa posição hoje, depois de velho. Melhor sonho que eu tivesse não chegaria aos pés de onde eu cheguei. Então eu fico feliz. Realizado.

Memória MPM – Agradecemos pela entrevista, doutor Luiz Antônio.